



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: ANTONIO CARLOS RODRIGUES

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA - TEMÁTICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 11-11-11

OBSERVAÇÕES:

- Grafia(s) não confirmada(s)
- Manifestação fora do microfone
- Suspensão

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Com a presença do Vereador Milton Leite, Relator da Comissão de Finanças e Orçamento para o PL 479/2011, declaro abertos os trabalhos da 30ª Audiência Pública que a Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de São Paulo realiza no ano de 2011, sendo a 6ª audiência pública temática do calendário, elaborado para discutir o PL 479/2011 de autoria do Executivo que estima a receita e fixa despesas do Município de São Paulo para o exercício de 2012.

Foram convidados, Sr. Secretário Municipal dos Negócios Jurídicos, Dr. Claudio Salvador Lembo; Mauro Ricardo, da Secretaria Municipal de Finanças; Maria Elizabeth Domingos, Diretora Presidente da Cia São Paulo Desenvolvimento, mobilização de ativos da Cia Paulista Securitização.

Informo que esta reunião está sendo transmitida, ao vivo, pela internet, através do portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.camara.sp.gov.br no link Auditórios On Line.

Saliento que as inscrições para os pronunciamentos estão abertas junto à secretaria da Comissão, as quais devem ser feitas por cada um dos presentes que desejar formular questões. Os inscritos terão tempo regimental de, no máximo e improrrogáveis, 3 minutos. A presente audiência dar-se início pela pasta de Negócios Jurídicos, ao qual temos a honra e a satisfação de receber Dr. Claudio Lembo.

Com a palavra o Sr. Claudio Lembo.

O SR. CLAUDIO LEMBO – Sr. Presidente, nossa secretaria é extremamente singela nos valores previstos no orçamento. Temos um total de 184 milhões, sendo que desses 184 milhões, 125 milhões são relativos a verba do pessoal. Portanto somos uma Secretaria Extremamente modesta, quanto aos valores financeiros. Não temos situações esdrúxulas, anômalas, mas estamos a disposição de V.Exa. e da comunidade para qualquer exposição que for necessário.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – No ano de 2011, o orçamento do senhor, é similar ao que nós temos aqui hoje?

O SR. CLAUDIO LEMBO – É similar.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Tem uma oscilação de 1%, ou seja, o mesmo orçamento?

O SR. CLAUDIO LEMBO – O mesmo orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – A relatoria tem pequenas dúvidas pontuais o fará por escrito junto à assessoria, porque são dúvidas de pequenas oscilações que houveram no orçamento. Não sendo necessário eu externá-las agora. Indago da Secretaria se há algum inscrito para formular questões ao Secretário dos Negócios Jurídicos? (Pausa) Não havendo, indago ao Sr. Secretário se deseja formular mais alguma questão?

O SR. CLAUDIO LEMBO – Não. Estou a disposição da Câmara Municipal de São Paulo e de V.Exa. no momento, creio que está esgotado nossa posição.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Não havendo mais questões a ser tratado da pasta de Negócios Jurídicos. Vou suspender os trabalhos por dois minutos. Está encerrada a audiência pública da pasta de Finanças.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Milton Leite.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Reaberta a audiência pública da Comissão de Finanças e Orçamento. Foi convidado o Sr. Mauro Ricardo, não pode vir, enviou o Sr. Secretário Adjunto. Essa audiência pública é para tratar da gestão da Secretaria. Não é para tratar dos problemas financeiros do Município ao qual ele virá aqui em conjunto, o Sr. Secretário Mauro Ricardo, com a pasta de Planejamento. Hoje Finanças vai falar da gestão. Da Administração em si da pasta e Finanças. Não é dos problemas financeiros da cidade. Dos problemas financeiros da cidade, falará em conjunto da audiência geral, que indago da Secretaria o dia. (pausa) Dia 12 de dezembro, segunda feira às 10 horas da manhã, fica previamente convidado, peço que envie o convite, que ai sim, falaremos em conjunto, da pasta,

do problema financeiro da cidade de São Paulo. Hoje vamos falar da gestão de finanças. A Comissão de Finanças e Orçamento está pautando por Secretaria a administração de cada pasta. Do problema da cidade terá de falar, em conjunto, nesse dia, e peço que a Secretaria de plano convide o Sr. Secretário de Planejamento, que já está convidado, formalize o convite para o Secretário Mauro Ricardo, terá de ser ele mesmo, não poderá mandar o adjunto, e o Secretário Bucalém. Neste dia estaremos tratando da administração financeira como um todo, do planejamento da cidade e dos problemas financeiros.

Com a palavra o Sr. Secretário Adjunto da Secretaria Municipal de Finanças e Orçamento, George Tormin.

O SR. GEORGE TORMIN - Bom dia a todos. Quero justificar a ausência do nosso Secretário Mauro Ricardo, que hoje se encontra a na Cidade de Manaus, participando de uma reunião com representantes da Secretaria de Finanças dos municípios capitais. Eu, como Secretário Adjunto de Finanças, estou representando a Secretaria de Finanças e também a Companhia Paulistana de Securitização e a SPDA - Companhia Paulistana de Ativos.

Com relação ao Orçamento da Secretaria de Finanças, há uma previsão para o próximo exercício da ordem de 323 milhões face aos 38 bilhões da proposta orçamentária do município e representa 0,85% do Município. A máquina de gestão financeira da Prefeitura tanto da arrecadação, como também da gestão de pagamentos custa para o erário municipal um pouco menos de 1%. Com relação ao Orçamento há uma previsão para o próximo exercício de 323 milhões dos quais 63% destina-se ao pagamento de pessoal.

Outra rubrica importante que estamos negociando há algum tempo com o Governo Federal é a assinatura de um contrato de financiamento do PNAFM que vai propiciar o aporte de recursos adicionais do Orçamento da Secretaria da ordem de 43 milhões de reais e essa fonte de recursos é que vai propiciar a implantação de diversos projetos no âmbito da Secretaria, em especial, na área de tecnologia da informação e comunicação, dos quais eu destacaria projetos de consolidação da nota fiscal paulistana: um projeto que foi implantado

este ano e tem gerado frutos para a Prefeitura e para a Secretaria de Finanças, que no ano que vem pretendemos sedimentá-lo.

Outro projeto importante é o do sistema integrado de administração tributária que pretendemos rever os atuais sistemas de gestão tributária da Secretaria de Finanças e alçá-lo a um nível de melhor desempenho, integrando seus diversos módulos, quer seja dos tributos mobiliários, com ISS, quer com tributos imobiliários, no caso o IPTU, ITBI. Tendo uma gestão integrada desses tributos, tanto nos aspectos de controle e fiscalização, quanto de arrecadação. É um projeto que já está bastante adiantado, inclusive, foi objeto de consulta pública que pretendemos dar continuidade já, iniciar ainda este ano, mas sua grande demanda por recursos ocorrerá no exercício de 2012. Essas seriam as principais informações relativas à Secretaria de Finanças.

Com relação às companhias vinculadas à pasta, no caso a Companhia Paulistana de Securitização, que foi criada recentemente, com base em autorização em lei aprovada por esta Casa, ela pretende, já no ano que vem, fazer uma colocação de debentures no mercado, tendo como lastro financeiro os recebíveis do programa de parcelamento incentivado. Essa operação vai gerar recursos adicionais importantes para o município.

Com relação à Companhia de ativos do município de São Paulo, além das operações relativas à garantia da operação de programa de parceria público privada da área de saúde, também está estruturando uma operação com recebíveis do contrato de saneamento com a Sabesp. Então, são as duas grandes operações que essa companhia deve executar ao longo do próximo ano e que justificam o orçamento apresentado.

Então, Sr. Presidente, essas seriam as observações que eu teria a fazer sobre o orçamento da Secretaria de Finanças e coloco-me à disposição para os esclarecimentos julgados necessários.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Mais alguma questão?

Nós observamos, na proposta orçamentária enviada pela pasta de V.Exa., um

acréscimo de 25% na administração da Secretaria Municipal de Finanças. Os senhores tinham, no ano de 2011, 177. Depois foi atualizado para 180 e agora está com 221. A que se deve esse aumento, Sr. Secretário?

O SR. SECRETÁRIO – Basicamente, são duas rubricas que estão recebendo um aporte maior para o orçamento de 2012. A primeira delas é de pessoal, para a qual há uma previsão de acréscimo face à reestruturação de carreiras da própria Secretaria de Finanças, que é objeto de projeto de lei ora em trâmite nesta Casa. E o outro motivo é uma operação de crédito, como havia mencionado na minha fala, do PNAFM. Estamos concluindo negociações com o Governo Federal para aporte de 43 milhões de reais de recursos que virão de financiamento com o Banco Interamericano BID para dar suporte à implantação de diversas ações em especial na área de tecnologia, informação e comunicação na Secretaria de Finanças. Como eu havia mencionado, esses recursos serão utilizados basicamente para sedimentação do programa da Nota Fiscal Paulistana e também para desenvolvimento e implantação do sistema integrado tributário da Secretaria de Finanças.

P – É o programa nacional de apoio à gestão e administração? É isso? É a 3001? Os 43 milhões.

R – 43 milhões é do PNAFM – programa de modernização...

P – De onde são esses 43 milhões a que o senhor se referiu?

R – É do PNAFM. Na verdade, é um financiamento do Governo Federal voltado à modernização dos municípios brasileiros. Estamos solicitando ao Ministério da Fazenda esse aporte de recursos da ordem de 43 milhões de reais.

P – Eu entendi, mas a qual rubrica ele está subscrito? A peça orçamentária?

R – A rubrica? 3171.

P – 2171?

R – Isso.

P - Da 2171. É que aqui constam 33 milhões, não 43. É 33? Há uma divergência. É

isso mesmo?

R – O senhor falou em financiamento, mas a 2171 a fonte é 00. É Tesouro Municipal. O Secretário está falando que é recurso federal.

- Comentário inaudível.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Há alguma divergência no número. De qualquer maneira, Secretário, isso não vai constituir problema. O Secretário manifestou 43, e disse que o aporte seria federal. A fonte indicada na 2171 é 00. E são 33 milhões lançados na peça orçamentária. Então, há um conflito. Vocês não precisam responder agora. Manifestem-se por escrito, *a posteriori*, com a devida correção. Há um conflito de informação, principalmente na fonte de recurso que vocês lançaram. V.Exa. está dizendo que o recurso é federal, mas o recurso é municipal. Já achei, vão gastar 33 milhões do orçamento da sua Secretaria. Qualquer recurso que sobre eu gasto.

O SR. SECRETÁRIO – Está certo. Agora os técnicos vão ter de apresentar justificativa. Eu confesso que não era...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – 33 milhões, 43, aqui está 00. Olhe aqui. Na peça orçamentária que o senhor mandou é 00. Na 2171. Achei 33 milhões para gastar. Ou está faltando dinheiro aqui...

- Comentários fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Secretário, não seria a 3001? Acho que seria na 3001. Não na 2171, Secretário. Acho que é 3001. Também não seria a fonte 01. Para ser Governo Federal deveria ser 02. Está errado de qualquer maneira.

- Comentários fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – É 01? Operação de crédito? Então, não é aporte do Governo Federal.

O SR. SECRETÁRIO – É operação de crédito. O recurso é do Governo Federal.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Operação de crédito. Então, a fonte que

V.Exa. é que estava equivocada.

- Comentário fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Não, não. A rubrica estava equivocada. O senhor falou 2171, mas é a 3001, na verdade.

O SR. SECRETÁRIO – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – A fonte 00 é só 1 milhão, porque deve ser a contrapartida. É isso, Secretário?

R – Exatamente.

P – Eu tinha esperança de achar um dinheiro para nós remanejarmos para áreas de risco...

R – Pois é, mas a nossa é 0,8% do Orçamento do município.

P – Eu já remanejo para áreas de risco. Estamos precisando. O que estiver sobrando nós aqui gastamos rapidinho.

Secretário, ademais tenho pouca dúvida na sua peça orçamentária, até porque ela é bem consistente com a anterior. Há pouca modificação, a não ser essa que V.Exa. mencionou e já justificou.

Eu precisaria que V.Exa. me enviasse, para fins de análise da proposta orçamentária de 2012, o arquivo, em formato e planilha eletrônica, da arrecadação do ISS no período de janeiro de 2004 a outubro de 2011, discriminado pelo grupo e item da lista de serviços relacionados à Lei 13.701, de 2003. Peço isso para formatar a proposta orçamentária de 2012.

R – Perfeito.

P – Isso é um serviço essencial, que pode haver (ininteligível) Então, o envio é condição *sine qua non*. Isso é um serviço essencial, e pode haver prejuízo. Então, V.Exa. precisa me enviar, é condição *sine qua non*.

Não é objeto da audiência de V.Exa hoje, mas faço a seguinte indagação: das

receitas IPTU, ITBI e ISS, gostaria que V.Exa. me fornecesse o comportamento da arrecadação nos últimos 90 dias. Anterior (ininteligível) orçamento propositivo, principalmente essas rubricas, no mês que encerramos, gostaria de saber. Esclarece o porquê. Esteve aqui ontem o Secretário Rubens Chammas, que disse que despencou a arrecadação, que está caindo. Os nossos dados dão conta do seguinte: a proposta orçamentária elaborada por V.Exas. do Executivo para 2011 era de 18 bilhões 370 milhões. Para essas receitas mencionadas: IPTU, ITBI e ISS e ICMS. A Câmara orçou e elevou para 19 bilhões 420 milhões. Eu elevei para 19 bilhões 420 milhões. Portanto, uma diferença a mais de 1,05 bilhões. A previsão, se tudo ocorrer normalmente, é que nós arrecademos 19,540 bilhões no ano de 2011. Ou seja, a diferença entre o previsto e o proposto de 1,180 bilhão. Queria entender. O Sr. Secretário disse que estava errado esse dado. Se está, onde e qual mês? Porque há diferença, o comportamento da receita. Esclareço: na peça orçamentária Finanças nos enviou 4,3 bilhões para IPTU; 970 milhões para ITBI; 7,380 para ISS; ICMS, 5,720, perfazendo um total de 18,370. É o elemento da proposta que o Executivo enviou ao Legislativo em 2011. A Câmara alterou esses valores, ela majorou e elevou para 19,420 – repito -, portanto uma diferença entre orçado e proposto de 1,05. Faltando apenas dois meses, a nossa previsão hoje é de que chegue a 19,540, ou seja, um pouquinho acima, cerca de cento e poucos milhões acima do previsto pela Câmara. Porém a diferença entre a previsão e a proposta é de 1,18 bilhões de reais.

O que diverge nesses dados, Sr. Secretário, até para conclusão da peça orçamentária, é que o Sr. Secretário de Planejamento afirmou aqui – e está gravado – que esses números não estão corretos, estavam errados. Por que ele afirmava isso? Porque ele congelou parte dessas verbas e disse que o comportamento das receitas estava aquém do previsto. O previsto por ele era 18. Se não arrecadar mais nada, já superou o previsto por ele. Porém vale o que a Câmara estimou; ela previu uma receita de 19,420. Ou seja, de 19,420 para 18,370 nós temos 1,050. E nós devemos arrecadas 19,540, um pouco acima do que nós

prevíamos, segundo o comportamento da receita hoje. Então eu não estou vendo esse comportamento.

Queria que V.Exa. se manifestasse a respeito desses números que são, esses sim, essenciais para a formatação da proposta orçamentária e para o debate do dia 12. Essa resposta é essencial para prosseguimento dos trabalhos, até para os que desejem formular questões e vão fazê-las com base nesses números. Hoje a pasta do senhor me parece tranquila. O problema é no dia 12, quando teremos o grande debate, e precisamos desses elementos para fundamentar os números que vamos debater.

O SR. SECRETÁRIO – Bem, Sr. Presidente, eu solicitarei depois o estudo feito pela sua assessoria, para verificar, porque são muitos números e a gente pode depois detalhar um pouco melhor. Mas como está o comportamento da receita tributária para este exercício? Os números que até o momento se afiguram apontam, até o mês de setembro, para crescimentos, no caso do IPTU, da ordem de 4,1% real, e do ISS, que é o nosso principal tributo hoje, da ordem de 9,1%.

No mês de outubro números preliminares apontam para um crescimento real negativo. Há uma expectativa de arrefecimento da atividade econômica com reflexos na arrecadação. Esses números ainda não estão fechados, mas os números preliminares apontam para uma desaceleração do crescimento que vinha se mantendo de forma bastante persistente ao longo dos nove primeiros meses.

No momento em que foi feita a peça orçamentária – e nós fizemos estudos de previsão de receita para o exercício de 2012 que vieram a subsidiar a elaboração da proposta orçamentária ora em discussão -, no mês de julho, as condições macroeconômicas eram bastante diversas do que estamos vivendo neste momento e adotaram-se algumas premissas para a elaboração dessa proposta de receita para 2012. Por exemplo, nós estimamos que o PIB para 2012 cresceria 4,1%; que haveria uma taxa Selic ao final desse exercício da ordem de 12,6; o IPCA para 2012 de 5,5. Ou seja, nós adotamos uma série de premissas que

subsidiaram a elaboração dessa proposta para 2012.

Eu não sei exatamente quais foram as premissas utilizadas pela assessoria do senhor, mas me coloco à disposição para nós verificarmos se as expectativas e os números estimados pela assessoria estão adequados face à nova situação macroeconômica que estamos vivendo.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Agora nós precisamos de... a previsão é tão curta no período, restam só um mês e meio. O senhor já fechou outubro, ou seja, já temos dez meses fechados. Concorda comigo?

O SR. SECRETÁRIO – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Eu queria saber do fechamento de outubro, esses quatro itens, ao que chegamos. Quantos bilhões arrecadamos nos quatro itens mencionados? IPTU, ITBI e ISS o senhor mencionou que houve 4,31. Se é 4,31 de um item, o senhor tem os valores, os números absolutos. Para mim é importante neste momento número absoluto, para confirmar o valor numérico estimado, e não mais percentual, porque se eu arrecadei a maior de um e haverá uma redução num outro, eu quero saber se vai compensar, se ele se encaixará. Por isso que eu preciso de número absoluto. O número absoluto o senhor tem aí?

O SR. SECRETÁRIO – Não, eu não tenho a estimativa que... (ininteligível).

- Falas sobrepostas.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Não, não é estimativa. É o fechado outubro.

O SR. SECRETÁRIO – Ah, não. Eu tenho fechado até setembro aqui, da área tributária. Os tributos IPTU, ISS, ITBI e Imposto de Renda na Fonte deu 11,171 bilhões. Esse número fechado significa, em relação a 2010, um crescimento de 7,6% real. Essa é a arrecadação tributária da Prefeitura, de janeiro a setembro deste ano ela cresceu 7,6%.

Com relação ao ICMS, que é uma transferência, não é uma arrecadação tributária nossa, tem um crescimento de... O ICMS está apresentando um desempenho ruim.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Mas o número que o senhor fechou em setembro.

O SR. SECRETÁRIO – O número de setembro: 8,108 bilhões de transferências.

- Falas sobrepostas.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Já estamos em 19,79, Secretário. Está estourando. Aquele número que eu falei para o senhor então está correto. Se em setembro eu estou com 19,279, setembro... O senhor está dizendo o seguinte... Deixe entender, Secretário. O senhor me deu que arrecadamos 11,171, IPTU, ITBI e ISS. Faltou ICMS. ICMS o senhor afirmou que arrecadou oito.

O SR. SECRETÁRIO – Oito com ICMS e transferências da União também. Transferência da União é o Fundo de Participação dos Municípios, que é 100 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Não muda nada. Vamos falar em 8 bilhões aqui, que estaria falando só ICMS, está correto? Nós estamos falando em 19,270 bilhões, 19,200 em número redondo?

O SR. SECRETÁRIO – Isso. As nossas receitas correntes chegaram, até setembro, a 22,240.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Eu queria pautar nessas quatro receitas, que foi nessas que a Câmara modificou, ela alterou ao maior esses números, Secretário. O senhor fechou setembro, IPTU, qual o número que o senhor tem por rubrica? Eu peço que a assessoria acompanhe.

O SR. SECRETÁRIO – IPTU, 3,808. ITBI, 797. ISS, 5886(?). São todos números reais.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – E ICMS? É número absoluto, não é mais índice.

O SR. SECRETÁRIO – ICMS, 3,429.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Três quatrocentos e vinte e nove? Tem

alguma coisa errada.

O SR. SECRETÁRIO – Não, não. É porque tem o IPVA, que é 1352(?)...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Mas não está aqui. Eu só quero as quatro receitas. Isso aqui não está dando 18, não.

- Fala fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Tudo bem. Eu vou suspender a sessão por um minuto.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Milton Leite.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Reaberta a sessão. Secretário, eu vou pedir que o Gilberto reúna-se na quarta-feira com a sua assessoria e atualize esses números.

O SR. SECRETÁRIO – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Porque a peça orçamentária, esse debate do dia 12 será importante e é preciso que nós tenhamos os dados corretos. Pela previsão que estão me apresentando aqui vai sobrar dinheiro em relação àquilo que a Câmara majorou. Insisto nisso. Nesses quatro itens a Câmara recebeu um valor, uma proposta.

O SR. SECRETÁRIO – Para 2012, o senhor está falando?

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Para 2011. São duas coisas, Secretário. O comportamento do gasto. Nesse dia haverá um debate sobre os gastos de 2011. Nós precisamos debater 2011 e debater 2012. Para debater 2011 eu preciso saber por que foi congelado, por que ele remanejou recursos, por que ele está aplicando tanto no mercado financeiro, por que está escondendo dinheiro em empenhos que não serão executados. Nós observamos empenhos e rubricas que não serão executados nunca. Trezentos milhões de reais para pagar habitação na Água Espraiada que não tem nem contrato. Tem um contrato de 130 milhões que está na metade. E como é que eu empenho 300 milhões lá? Vai pagar 300 milhões de desapropriações na Água Espraiada? Esses números não justificam o empenho. É uma irresponsabilidade fazer isso, então nós vamos cobrar do Sr. Secretário isso.

Eu pediria que a secretaria, a nossa assessoria nos trouxesse inclusive os últimos empenhos praticados nos últimos 90 dias do Sr. Secretário. Nessa reunião eu preciso desses elementos. Eu não posso vir discutir numa audiência pública números que não sejam absolutamente transparentes. Convoque-se também para essa audiência pública, para essa reunião, Gilberto, toda a assessoria do Tribunal de Contas, se possível o conselheiro que estiver cuidado dessa pasta. Por quê? Nós não podemos chegar aqui na Cidade e o Prefeito me perguntar: “Mas está certo o seu número ou o da Secretaria?” Eu não posso confrontar o número do Prefeito se eu não tiver o raio-X da realidade. Para mim é indiferente lá ou cá. Eu preciso só conviver com um número, o da verdade. Eu não preciso conviver com dois. Eu só tenho um, o da verdade. Eu não quero conviver com dois.

Então, de posse desses números, nessa reunião, Gilberto, faço questão de que esteja presente o Tribunal de Contas para acompanhar os dados desses números, os empenhos feitos nos últimos 90 dias, as aplicações no mercado financeiro feitas nos últimos 90 dias, o saldo que temos em caixa e os contratos em aberto para os próximos seis meses, os contratos que requeiram empenho para os próximos seis meses. Por quê? É a transição que nós queremos antes do fechamento da conta. Por que seis meses? Porque ao final do ano haverá um balanço, haverá um delta no caixa. Eu preciso saber quanto é isso e quanto vai ficar no caixa. Nós precisamos saber, senão não vou saber nunca. Sempre vem com o discurso: “eu preciso empenhar 90 dias para frente”, então eu quero saber quais contratos estão abertos e exequíveis seis meses para frente.

Essa reunião tem que ser imediata, porque nesse dia haverá um debate enorme aqui, virá o Ministério Público, o Tribunal de Contas. É um debate amplo. Nós vamos precisar de muito tempo. Por isso vamos fazer na segunda-feira às 10h, sem tempo para terminar. Nós temos tempo para entrar aqui. E já comunico aos Srs. Secretários que tem hora para chegar, não tem hora para sair.

Então esses números são elementos com que nós vamos fundamentar o debate

futuro, não é nem da sua pasta de hoje. Da sua pasta de hoje as dúvidas são pequenas, faço por ofício, responda por ofício, que eu não vou tomar o dispêndio de... algo que é muito maior e que gera dúvida para a Cidade. A Cidade não pode ter dúvida sobre os seus gestores, e há dúvida sobre a gestão quando se empenha recurso para contrato que não tem nem dinheiro, não tem onde gastar o dinheiro hoje. Trezentos milhões em remoção na Água Espraiada agora? Quais são as unidades? Onde que vai gastar esse dinheiro se nem o contrato está assinado, de Água Espraiada? Aonde que vai esse dinheiro. Para desapropriação, aonde vão 300 milhões de reais? Precisamos saber o que estão fazendo, e com os outros empenhos realizados.

Daí, Gilberto, eu quero saber os empenhos feitos nos últimos 90 dias, os contratos que nós temos desses últimos meses e três meses para frente. Quero saber de janeiro a março de 2012, para que nós possamos pautar a diferença de caixa que (ininteligível), não se esquecendo de levantar o histórico de 90 dias para trás do saldo de caixa e aplicação no mercado financeiro.

Eu passarei a palavra para dois inscritos. Estão encerradas as inscrições. A senhora pode fazer na secretaria. A partir de agora, depois da senhora, estão encerradas as inscrições. Os dois inscritos, Fábio Siqueira e Fábio Alves, devem se dirigir ao microfone para fazer suas questões. Peço que se pautem na gestão das finanças e que o grande debate nós façamos no dia 12, porque aí os elementos serão... V.Exa. não tem os elementos para debater. V.Exa. não veio preparado para isso, então não dá para debater. Se for da sua pasta, tenho certeza de que todos os elementos, contrato, tem tudo aqui. Não é isso que nós estamos discutindo.

Fábio.

O SR. FÁBIO – Obrigado, Vereador Milton Leite, Presidente da Comissão e Relator do Orçamento de 2012. Saúdo o Sr. Secretário adjunto da Secretaria de Finanças George Tormin, ex-Secretário Valter, assessoria da Comissão de Finanças, Conselheiros presentes,

Sr. João Batista de Siqueira, Presidente Municipal do Partido Cristão de Apiaí, público presente.

As perguntas são muito simples diante da diretriz que o Vereador nos trouxe. Primeira pergunta: as duas empresas aqui citadas, vinculadas à Secretaria de Finanças, novas empresas, recentes, Companhia Paulista de Securitização, criada, se não me engano, este ano, e Companhia São Paulo de Ativos, se essas duas empresas têm conselho de administração e conselho fiscal. Se positivo, quantos conselheiros de administração e quantos conselheiros fiscais? Como são empresas novas, não estão ainda (ininteligível) nas contas. Necessário saber se essas empresas têm conselheiros fiscais e administrativos.

Segundo ponto. Aí eu vou entrar... Vereador Milton Leite, desculpe voltar a um assunto importante da reunião do dia 27 de outubro da Secretaria de Educação. O Secretário Alexandre Schneider faltou com a verdade nessa audiência dizendo que o ProJovem Urbano não é da pasta dele. É, sim. ProJovem Urbano é da Secretaria de Educação, *Diário Oficial* de 26 de março de 2010, suplemento, página 204. Está aqui. Eu peço a atenção dos Vereadores. Vereador Milton Leite, eu peço atenção de cobrar do Secretário de educação um retorno sobre a questão do ProJovem, porque ele faltou com a verdade. O ProJovem é da Secretaria da Educação. Tenho o *Diário Oficial* aqui, do Plano Plurianual.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Fábio, vamos fazer uma coisa. Você formula por escrito, para ficar bem fundamentado. Eu o farei (ininteligível) ao Secretário e, se necessário, trarei na audiência do dia 12.

Dia 12 será um dia de lavagem de roupa. Faça isso já que vou deixar por escrito. Nós encaminharemos com o ofício da Comissão de Finanças ao Secretário para que se manifeste por escrito e fundamente a resposta. Se não estiver satisfeito no dia 12 terá de vir para prestar esclarecimentos.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Ok, muito obrigado. E por fim, voltando à Secretaria de Finanças, é uma ótima ideia do Vereador a de trazer os representantes do Tribunal de Contas

no Município de São Paulo no dia 12, porque no dia 8 de julho deste ano o Tribunal de Contas publicou o voto do seu colega, ex-Vereador, conselheiro Dr. Antonio Carlos Caruso sobre as contas do ano passado, de 2010, um dado surpreendente, um dado que não é discutido aqui na Casa. E tomara que no dia 12 seja cobrado, porque vamos cobrar. Qual é esse dado? São as empresas maiores devedoras de ISS e IPTU da cidade de São Paulo.

Nesse sentido, a primeira pergunta é: essa lista está publicada na Prefeitura, no *De Olho nas Contas*, em que página? Está publicada a lista atualizada ano a ano dos maiores devedores de ISS e IPTU da cidade de São Paulo?

Segunda pergunta: na lista do ISS - Imposto Sobre Serviço a sétima empresa que mais deve é uma empresa municipal, a São Paulo Transportes S.A. É verdade essa informação? A São Paulo Transportes deve 324 milhões de reais de ISS? Essa dívida é advinda da antiga CMTC – Companhia Municipal de Transportes Coletivos da qual a SPTrans é a sucessora legítima? Como aparece uma empresa municipal devendo à própria Prefeitura 324 milhões de reais em 2010 de ISS? É verdade isso?

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Já está no Cadin.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – E a outra empresa Companhia Itaú Leasing, um bilhão e quinze reais de dívida e outras empresas. Essas dívidas vão ser pagas? IPTU – segunda maior devedora: Rede Ferroviária Federal, essa empresa foi extinta em 2007 por lei federal. Quem vai pagar essa dívida se essa empresa foi liquidada por lei federal em 2007? Dívida de 113 milhões de reais de IPTU, ou seja, todas essas polêmicas que a gente está trazendo gostaria de uma resposta se possível hoje ou dia 12 no debate.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Fábio, não vou responder pelo Secretário, pois ele poderá fazê-lo. Mas quero crer que não tenha esses elementos hoje. Estou falando por ele. Pediram para você concluir sua fala, mas esses elementos estarão elencados com as respostas no dia 12. Por favor, conclua.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Concluindo, peço, se possível para que se responda

hoje, senão dia 12. Mas quero deixar registrado porque fico indignado que uma empresa pública municipal, da Secretaria das Finanças ser devedora da própria Prefeitura. Realmente, gostaria muito de entender o que está acontecendo nas Finanças, porque há dez anos os conselheiros do orçamento participativo se debruçam não somente no plano de obras, mas também nas receitas. Tem que primeiro arrecadar para depois fazer as melhorias, obras e serviços e há dez anos estamos de olho. E agora com essa lista publicada e tomara que a Prefeitura publique de forma transparente essa lista, não só os dez primeiros, mas todos os devedores de IPTU e ISS, TBI e outros impostos como ICMS, na cota parte municipal, porque isso é importante para o Município.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Tem a palavra o Sr. Flávio Alves.

O SR. FLÁVIO ALVES – Bom dia, Vereador. Bom dia, Secretário e demais presentes.

Na verdade eu tenho uma questão simples sobre como andam as tratativas de trabalho da Secretaria com relação às PPPs, no caso a de saúde. Tivemos um dado novo na audiência de transportes. Quando o Vereador Donato questionou o Secretário de Transportes sobre os corredores ele falou que iam investir também em monotrilho. O Donato chamou a atenção e disse: “Olha, mas a rubrica, a dotação para monotrilho, a proposta do ano que vem também cai”. Ele falou: “Provavelmente iremos fazer, estamos em estudo ainda de uma PPP para o monotrilho”. Queria saber se para o ano de 2012 vocês têm previsão de mais alguma PPP e como isso se dará. É só.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Tem a palavra a Sra. Márcia.

A SRA. MÁRCIA – Bom dia. A minha pergunta é com relação ao funcionalismo. Gostaria de saber, considerando os 35% de aumento que a Secretaria Municipal de Educação aprovou recentemente na Câmara, escalonada em três anos uma recomposição salarial para a Secretaria de Educação, no ano de 2010 tivemos a oportunidade de acompanhá-lo e algumas

categorias acabaram recebendo uma recomposição, gratificação, algumas considerações como Guarda Civil Metropolitana e o restante do funcionalismo ficou realmente naquele índice que foi aprovado em 2010 de 0,01%.

A minha pergunta é a seguinte: para 2012, qual é a porcentagem de recomposição salarial para todos os funcionários públicos? Todos, porque não vamos mais admitir que parcelas de servidores acabem ganhando recomposição salarial e o restante não. Essa é a minha primeira pergunta.

A segunda pergunta é com relação à recomposição salarial dos anos anteriores. O que o Governo pensa disso sabendo que 38, quase 39% está sendo apontado como defasagem salarial e não há sequer uma proposta de recomposição salarial dos servidores.

Terceira pergunta, está previsto no orçamento de 2012 concursos públicos para todas as Secretarias, considerando que a máquina pública está esvaziada no sentido de poder dar continuidade ao trabalho de atendimento à população em todas as Secretarias. Sabemos que os últimos concursos públicos foram realizados na gestão de Luiza Erundina e a partir daí pipocados em algumas Secretarias. A pergunta é: no orçamento de 2012 está alocado valores para concurso público? Se não está, como a Prefeitura pretende dar continuidade aos seus trabalhos considerando que nos próximos três anos boa parte da máquina acredito que uns 40% pelo menos da minha Secretaria deverá sair.

A quarta pergunta é a seguinte: o Prefeito Gilberto Kassab sancionou um projeto de lei que fala sobre o abono de Natal, abono esse que todo final de ano o servidor espera e acaba não vindo para o bolso dos trabalhadores. O abono é tão pequeno, até 380 reais, mas tão significativo para as categorias de nível básico e nível médio que a gente gostaria de saber do Governo se há previsão para este ano ou não e para os próximos anos também.

Minhas perguntas são essas.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Tem a palavra o Sr. Carlos.

O SR. CARLOS – Secretário, em 99 foi federalizada uma dívida do Município que

importava em 11 bilhões de reais. Passaram-se todos esses anos, o Município já pagou 15 bilhões dessa dívida e ainda deve 45. A taxa de juros é de 9% mais IGP e todo ano o Município de São Paulo, que, na minha opinião, é o que sustenta o país, de onde sai recursos para o Governo Federal, fica pagando essa dívida de 3,5 bilhões quando esse dinheiro podia ficar aqui para fazer obras que são necessárias nesta cidade com 10 milhões de habitantes.

Queria saber se o Prefeito e a Secretaria tem alguma estratégia para renegociar com o Governo Federal essa dívida e o “ficar aqui” o montante desse dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Tem a palavra o Sr. Secretário com as respostas, aquelas que forem pertinentes e V.Sa. tiver condições evidentemente de respondê-las, senão poderão ser anotadas. As que forem pertinentes à sua pasta, V.Sa. com clareza tem o dever de fazê-lo hoje.

Ademais, se não tiver elemento suficiente, é razoável que Assessoria traga os elementos fundamentados a fim de debatermos no dia 12. Portanto, peço a compreensão daqueles que estão na pasta de funcionalismo, monotrilha porque me parece que não estão inseridos na pasta orçamentária de gestão da Secretaria de Finanças. Não estão inseridos na administração da Secretaria – insisto nisso.

Hoje, viemos debater a Secretaria em si: administração, funcionários, programas. Enfim, foi isso que viemos debater hoje.

No dia 12 faremos um grande debate e aí, sim, com os Secretários de Finanças, de Planejamento e de Desenvolvimento para que façamos um debate das teses dos problemas.

Hoje, volto a repetir, é gestão de Finanças. Mas o Secretário Adjunto tem a liberdade de responder às indagações. Caso tenha os elementos para as respostas, prefiro que as faça hoje. Se não os tiver, ou se estiver em dúvida, que o faça de forma fundamentada no dia 12.

Todos estão convidados para o debate a ser realizado no dia 12, no Plenário 1º de Maio, onde teremos os últimos esforços para mutação no orçamento da Casa. Isso porque,

após esse debate, essa audiência, encerro o orçamento e volto, provavelmente, no dia 15. Terei muito pouco tempo. Portanto, dia 12 será o prazo impreterível.

Tem V.Exa. a palavra.

O SR. GEORGE TORMIN - Acredito que para a maior parte dos questionamentos tenho condições, sim, de apresentar algumas explicações. Com relação mais especificamente à área de Pessoal, realmente, não tenho conhecimento suficiente e, também, não é da competência da Secretaria de Finanças. Entretanto, há um ponto especificamente que posso responder.

Indo pelo início dos questionamentos, com relação se as companhias paulistas de securitização e SPDA possuem conselho de administração e conselho fiscal, a resposta é sim, até por força de dispositivo legal. Toda a sociedade de economia mista, por dispositivo legal - Lei 6.404 - deve ter seus conselhos de administração e fiscal.

Com relação a alguns nomes de devedores que foram citados, se os nomes desses devedores são públicos, é porque essas dívidas foram inscritas na Dívida Ativa do Município. Até a inscrição na Dívida Ativa do Município, o nome dos devedores da Prefeitura não pode se tornar público, por força de sigilo fiscal. Então, com certeza, todas essas informações que foram passadas, devem, de fato, ter sido extraídas de documentos oficiais, mas são todas elas dívidas ativas que estão sendo cobradas judicialmente, não havendo mais como cobrá-las administrativamente. Em um primeiro momento, a Secretaria de Finanças faz uma cobrança amigável; oferece os parcelamentos; oferece as diversas possibilidades de pagamento da dívida. Caso o devedor não pague, aí, sim, é competência da Secretaria de Finanças fazer a inscrição dessa dívida em dívida ativa e, a partir daquele momento, aquela dívida passa a ser de responsabilidade da Procuradoria Geral do Município que aciona, judicialmente, o devedor.

Com relação à SPTrans, de fato ela possuía uma dívida naquele montante. Mais recentemente, foi aprovada uma lei, nesta Casa, em que foi remetido esse débito e concedida a isenção do ISS para a SPTrans. E não só para a SPTrans, mas para a CET, para a Prodam –

para os serviços voltados especificamente para a Prefeitura.

No caso da SPTrans faço até uma analogia com os Correios. Os Correios também isentos do ISS porque exercem uma atividade monopolista. Essa é uma discussão, inclusive, judicial que tem sido muito acalorada nos últimos anos. Mas, de fato, como eles exercem uma função monopolista, os Correios não pagam o ISS. Fazendo a analogia com a SPTrans, a SPTrans também faz um serviço monopolista, na cidade de São Paulo, e que é a gestão do sistema de transporte urbano de passageiros. Então, não é uma atividade concorrencial. Portanto, a lógica do encaminhamento desse projeto de lei e de aprovação por esta Casa é exatamente essa. Quer dizer, não é uma atividade concorrencial, mas, sim, monopolista e não se justificaria pagar o ISS. Foi encaminhado esse projeto de lei para a Câmara, que já foi aprovado e sancionado. Então, essa dívida já não existe mais.

Com relação aos outros devedores aqui mencionados, como já disse, todos estão sendo cobrados judicialmente, inclusive da Rede Ferroviária Federal, em que a União é sucessora de todas as obrigações, ativos e passivos da Rede Ferroviária. Obviamente, deve estar havendo uma discussão judicial nesse sentido.

Com relação à PPP, a Secretaria de Finanças não conduz os processos de PPP. Simplesmente, por intermédio da SPDA, a Secretaria estrutura as garantias para essas operações de PPP. Está a cargo da SPP e das diversas Secretarias, a apresentação de propostas, de estudos preliminares para a estruturação dessas PPPs. Então, não teria as informações solicitadas.

Com relação à questão salarial, essa é uma competência, também, da Secretaria de Planejamento e Gestão. Com relação à Secretaria de Finanças, o que está sendo proposto e consta já do orçamento para o ano que vem é a realização de concurso público para o cargo de Auditor Fiscal de Tributos Municipais. Há uma demanda, também, de Finanças para a Secretaria de Planejamento para a realização de concurso para GPP.

Com relação à dívida, concordo totalmente com o que você disse. E a Secretaria

tem envidado esforços junto ao Governo Federal. Já apresentamos diversas alternativas de refinanciamento dessa dívida. Trata-se, de fato, de uma dívida impagável se não for renegociada, se não forem revistos os critérios, as premissas que foram utilizadas, há mais de dez anos, para seu refinanciamento. A proposta da Prefeitura é absolutamente técnica, contando, inclusive, com a simpatia de algumas áreas do Governo Federal, mas que, neste momento, também passa por uma decisão política. Mas isso está sendo conduzido, tanto de forma técnica, quanto política, pela Prefeitura, para que possamos, de fato, ter uma renegociação e que essa dívida possa ser paga de forma mais adequada e suportável ao Tesouro Municipal.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta audiência pública, lembrando que a íntegra desta audiência constará nas notas taquigráficas anexadas ao projeto.

Portanto, encerrada a audiência pública de Finanças.

Aberta a audiência pública da Companhia Municipal de Ativos. Convido o Sr. Secretário Walter Aluísio para tomar assento a fim de iniciarmos a presente audiência pública.

Esta Presidência, de ofício, suspenderá a sessão por um minuto.

Estão suspensos nossos trabalhos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Milton Leite.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Passarei a palavra ao Sr. Walter Aluísio, Presidente da SPDA que faça um breve relato de sua pasta.

O SR. WALTER ALUÍSIO – Bom dia a todos.

É importante esclarecer essa pequena confusão. Essa Companhia São Paulo Parceria nasceu no âmbito do Programa de Parceria Público-Privada ligada à Secretaria de Finanças. Hoje, ela é ligada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, então, deu essa aparente confusão.

Mas rapidamente falarei que a SPP foi criada em outubro de 2007, no âmbito do Programa de Parceria Público-Privada com o objetivo de estruturar as PPPs do Município.

A função, basicamente, é ser um braço operacional do Comitê Gestor de Parceria Público-Privada e, também, analisa e avalia o que chamamos de propostas de manifestação de interesse, sobretudo aquelas encaminhadas à Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

O principal trabalho realizado pela SPP, neste ano, foi mediante um convênio operacional com a Secretaria Municipal de Saúde. Desenvolvemos um modelo de negócio de parceria público-privada da Saúde. Um grande investimento que totaliza 1,3 bilhão de investimento para a construção de 3 novos hospitais, reformar outros 3, ampliar 6 existentes e construir 4 novos Centros de Diagnóstico por Imagem.

Em relação a outros trabalhos, estamos avaliando propostas de manifestação de interesse dirigidas à Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Posso citar um projeto de um novo centro de feiras, exposições e convenções que estamos chamando de Projeto Expo 2020; um projeto de logística de comercialização de produtos e serviços, que é o Circuito de Compras, que é um projeto importante de compras na área central da Cidade; um projeto de logística na área de transporte de cargas que pretende dar uma solução definitiva ao Terminal Fernão Dias. É um projeto muito interessante que integra não só a logística de transporte, mas também a habitação social e meio ambiente. Temos, também, o projeto de estacionamentos públicos com a ideia de fazer um programa de ordenação da mobilização urbana envolvendo a construção de garagens subterrâneas na Cidade. Outro projeto é a construção de creches por meio de permuta com áreas que pertencem ao patrimônio.

Nosso orçamento é modesto. Somos uma empresa muito enxuta. Temos 6 funcionários e estamos tentando dar conta dessas coisas.

Estamos estimando para 2012 receitas na ordem de 7 milhões e estamos buscando essa receita. Quer dizer, há um desafio nosso em buscar essas receitas na Secretaria de Saúde, para dar suporte à PPP da Saúde; na Secretaria de Suporte, para dar suporte aos

problemas, seja da Fernão Dias, seja das garagens e do projeto de estacionamento; na Secretaria de Educação, para dar suporte ao projeto de creche e na Secretaria de Governo para dar suporte ao Projeto Expo 2020.

Como houve uma pergunta ao Secretário George Tormin sobre monotrilho, acho importante dizer que a SPTrans contratou um projeto para fazer um estudo de monotrilho na região do M'Boi Mirim. Há um estudo – que será avaliado do ponto de vista da viabilidade econômico-financeira – pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Se for aprovado, provavelmente será um projeto realizado pela iniciativa privada. Por isso é que não aparece em orçamento, e por meio desse instrumento, que é a proposta de manifestação de interesse, prevista em decreto municipal.

Então, acredito que com essas informações respondi a pergunta e estou à disposição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Walter, a companhia está dando os primeiros passos. Pelo que o senhor demonstrou, há uma boa vontade e precisamos que ela ande um pouco para que possamos ter mais elementos, até para debater, porque se olharmos os números que o senhor movimentou em 2011 e o que pretende para 2012, são pretensões.

Que Deus realmente ilumine esse trabalho que o senhor pretende fazer. Será realmente um êxito maravilhoso se assim isso ocorrer.

Tomara a Deus que dê certo, principalmente nas parcerias privadas – as PPPs – que tratam da estruturação dos negócios futuros.

O SR. WALTER ALUÍSIO – Vereador, é importante registrar que é uma empresa muito enxuta, mas tem em seus quadros pessoas muito especializadas. Está aqui o Dr. Saulo, que foi Presidente da Cesp e Vice-Presidente do Banespa, e que é o Diretor Operacional da Companhia. Enfim, estamos montando uma equipe de primeira para tentar dar conta desse recado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – O time é de primeira linha, de ponta; os projetos são de ponta e V.Exa. presidindo, acredito que temos tudo para dar certo.

Tem a palavra o Sr. Fábio.

O SR. FÁBIO – Bom dia a todos novamente.

A pergunta é a mesma: se essa companhia tem conselho de administração e conselho fiscal.

O SR. WALTER ALUÍSIO – Tem conselho de administração conforme previsto na Lei 6404, que é a Lei da S/A.

O SR. FÁBIO – Ótimo. Quantos são os conselheiros administrativos e fiscais e se puder declinar os nomes.

O SR. WALTER ALUÍSIO – Hoje, temos 4 no conselho de administração e 3 no conselho fiscal. Já tivemos 5, mas hoje só temos 4.

Quero dizer que todas essas informações constam do Portal de Transparência da Prefeitura, o nome e os respectivos honorários, mas posso dizer que são conselheiros de administração: o Secretário de Finanças, Mauro Ricardo; Secretário de Planejamento, Rubens Chammas; ex- Governador Alberto Goldman e Marcelo Rehder, Secretário Adjunto de Comunicações. Os conselheiros fiscais são: José Alexandre; Serafim, que foi presidente do Sescon; Aprá, Chefe de Gabinete do Prefeito. Isso está no portal.

O SR. FÁBIO – Com reuniões mensais obrigatoriamente.

O SR. WALTER ALUÍSIO – Reuniões mensais obrigatoriamente.

O SR. FÁBIO – Última pergunta. O senhor falou a respeito do monotrilha. Esse monotrilha será inaugurado até o dia 31 de dezembro de 2012?

Obrigado.

O SR. WALTER ALUÍSIO – Estamos na área de Finanças. Só analisamos a viabilidade econômica. Essa pergunta deve ser endereçada à SPTrans.

Acho que tem todo esforço para que isso aconteça. Não temos dúvida. Percebemos

que há um esforço enorme para dar uma solução definitiva para essa região. Não sou especialista em transportes, mas disseram que o metrô, do ponto de vista técnico, não consegue chegar lá por causa de aclives, etc. Não tenho nenhuma base para sustentar uma defesa técnica em relação a isso, mas já ouvi isso em várias reuniões.

Do ponto de vista econômico-financeiro, estamos ansiosos para receber esses projetos, estudar e esperar que isso seja viável, pelo menos em parte contar com recursos da iniciativa privada, porque, aí, acho que vai dar uma solução. Não sei o prazo, mas, com certeza, há um compromisso inexorável do Prefeito para resolver essa questão do M'Boi Mirim.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Fábio, aí respondo para você: em 31 de dezembro de 2012, não. A hipótese é zero. E olhe que sou o maior interessado, porque eu e o povo da região temos interesse tanto no monotrilho quanto no metrô.

A hipótese de isso ser realizado, eu, bastante tristemente, lhes digo: "Não, precisamos licitar o projeto, precisamos concluir a parceria e, para concluir essa parceria, precisa de licitação". Vai um embate aí, na melhor das hipóteses, licença ambiental... Isso vai um ano e meio, dois para frente, só para estruturar negócio. Pelo menos, de um ano e meio a dois, para estruturar o negócio e botar esse projeto de pé. Seria uma utopia dizer que esse projeto vai ficar... Eu, que tenho interesse, tenho de dizer para o meu povo - temos compromisso de dizer sempre na verdade -, dizer que teremos Monotrilho até 2012, nem em 2013. Nós estamos brigando há tempo. Não vejo possibilidade nenhuma. É inexecutável, em nível de prazos, licenças, licitações, início e conclusão de obras, remoção de famílias, construção de unidades habitacionais - ainda que sejam realocadas em aluguéis ou no eixo Itaim – M'Boi Mirim -, é humanamente impossível, por mais que se tenham esforços, a viabilização dessa e de qualquer uma, de fazer, em tão pouco tempo, restante a obra do Monotrilho do M'Boi Mirim. Eu, justamente, lhes digo isso, mas não me resta... Não vou deixar gravado aqui e me calar diante de uma informação dessas. Não ficará pronto, em hipótese nenhuma, não vejo possibilidade.

Agradecendo a presença do Dr. Walter Luiz... (Pausa)

Pode, esta é uma tribuna democrática, antes de encerrar, o ex-Secretário e Presidente da Companhia, que veio para responder. Se é essa a questão, por favor.

O SR. MÁRCIO FREIRE - Bom dia a todos. Sr. Presidente, obrigado pela oportunidade.

Aproveitando que o Presidente estendeu um pouco o assunto, o senhor pode, por gentileza, o senhor pode nos informar quais serão e as formas de remuneração dos parceiros?

O Hospital a gente arranja e tal. Mas, nesses outros casos em que há estudo, se a companhia já pensou de que forma o investimento dos parceiros será remunerado. Já tem uma? Será, enfim, no Monotrilho, a tarifa, seguramente. Nos demais...?

Márcio Freire, Assessoria da bancada do PT. Obrigado.

O SR. WALTER ALUÍSIO – OK, boa pergunta.

O que a gente faz exatamente dentro da empresa é exatamente chegar nesse ponto. Quer dizer, precisamos elaborar o modelo, que chamamos de modelo do negócio, o modelo econômico financeiro.

Em cada projeto, tentamos. O ideal é que ele seja viável, com recurso privado, tendo em vista a limitação dos recursos públicos. Então, essa é a ideia fundamental, haver uma iniciativa com a parceria privada e tal.

Agora, o que fazemos é exatamente isso: em cada projeto desses, estudamos uma modelagem. No caso da Fernão Dias, estávamos imaginando que acha que fica, é uma concessão, talvez, concessão de obra pública e tal. Isso está tudo em estudo.

No caso da Saúde, é claro, já há um edital na rua. Aí é PPP, claro, concessão administrativa.

No caso da Expo 2020 (?), estamos estudando PPP, concessão, também, todos esses mecanismos possíveis, não há nada definido.

O que posso dizer que está definido é o da Saúde, porque o edital está na rua.

No caso do Monotrilho, também se pensa em alguma forma. Claro que alguma parte será da tarifa - não sei se a tarifa será suficiente para remunerar todo o capital. É por isso que estamos estudando, quer dizer, vamos começar a estudar.

Mais algum projeto? O circuito de compra...

O de creche, também, imagina-se que ele fique de pé, com a permuta de imóveis da Prefeitura. Pelo menos, é isso também que estamos estudando.

O circuito de compras também parece que é uma concessão e também não seria uma Parceria Público-Privada estrito senso. Quer dizer, importante dizer que, quanto à parceria, tentamos tratar Parceria Público-Privada como uma maneira ampla, quer dizer, há vários instrumentos para se estabelecer essa parceria e existe a Parceria Público-Privada estrito senso, que é o que está previsto na lei, a concessão administrativa; e a concessão patrocinada.

Então, é mais ou menos isso o que fazemos. Esse é o grande desafio, estabelecer um modelo que seja interessante para o Poder Público e interessante também para a iniciativa privada e para haver um equilíbrio.

Respondi? Obrigado.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Eu só escutei a senhora dizer: “38 bilhões é o Orçamento”.

De fato, são 38 bilhões, sendo que 25 bilhões são o da Cidade. O dinheiro do Município são 25 bilhões e 51% desses recursos já ficam comprometidos em saúde e educação; pagamento de precatórios; 13% da dívida; junto ao Governo Federal, aquele que está nos quebrando. Ou seja, o Orçamento da Cidade, a diferença de 38 para 25 dá 13, é tudo dinheiro "se vier", se o Governo repassar o recurso, dinheiro do Governo Federal, dinheiro do Governo Estadual. Se olharmos a peça orçamentária, aquele numerozinho 02, Fonte 02, é dinheiro do Governo Federal, convênio, vem dinheiro do PAC, vem dinheiro da Fundeb, vem de

dinheiro de diversas fontes, que não são os 25.

O Município só tem 25 bilhões, o dinheiro do Município. É por isso que estou aqui explicando - não é justificando -, explicando como é constituído. Estou sustentando como é constituída a Peça Orçamentária: 25 bilhões de nosso dinheiro, do povo.

O que o Walter, por exemplo, faz? Não temos dinheiro para escola. O que fazemos, então? Vende o terreno. Por que vende? Dá-se o terreno a troco de creche. O exemplo da proposta do Prefeito. Aqui não estamos discutindo a proposta. Estamos dizendo o que S.Exa. está fazendo. Pega vários terrenos e: "Olha, dou o terreno para ele, desde que ele me de tantas creches, dentro no critério de avaliação, prontas".

Porque S.Exa. faz isso? Porque, se S.Exa. for comprar o terreno - que não há -, para desapropriar, vai para Desap (?), avaliação judicial. Só isso leva dois a três anos. Se ele pegar a iniciativa privada: "Eu lhe entrego os terrenos e você me dá dez creches", por exemplo, é mais rápido, porque a iniciativa privada vai lá, compra a preço de mercado e faz. Isso se chama a parte criativa que se faz.

Quando se fala em PPP é porque não há dinheiro no Município. O que se vai buscar? Pega um parceiro, busca-se uma fonte de receita. Esse parceiro da sociedade, interessado na parceria, visa a lucro. Aqui ninguém pode dizer que não visa. Qualquer parceiro só visa a lucro. Aqui ninguém pode dizer que não visa. Qualquer parceiro só visa a lucro. Ele não acha que isso aqui... Eles não são casas de caridade. Ele olha para o bolso do povo como uma maravilha, como é o Metrô hoje. A Linha Amarela é da administração particular. Vocês acham que estão administrando por quê? Estão tomando o dinheiro do povo, ganhando dinheiro em cima disso, para fazer a administração. Eles não são casas de caridade. E assim será para as PPPs dos hospitais e outras PPPs, Parcerias Público-Privadas. Evidentemente, o Governo, quando o negócio não se sustenta por tarifa, o Governo aporta um pouco de recursos. É isso, por isso que se chama parceria. O Governo põe um pedaço, se for possível; e a iniciativa privada, outro.

No caso do Monotrilho, qual o grande atrativo dele? É a tarifa. Em quanto tempo se financia isso? É isso o que o Governo tem de fazer. Há o custo da operação do sistema depois de pronto, financia se a obra, a iniciativa privada, porque o Governo não tem dinheiro e se faz a mesma... Ele fica recebendo lá esse recurso por 25, 30 anos, depois de um estudo profundo. É isso o que se faz para buscar recursos às propostas de PPPs e, portanto, várias Secretarias estudando isso, como vieram aqui o Marcos Cintra, o Walter Aluísio, vêm vários Secretários, estudando as propostas que estão estruturadas na Peça Orçamentária, que diferem daquilo das Fontes 00, que são os tributos que arrecadamos e que podemos gastar diretamente. São só 25 bilhões desse dinheiro, dessa moeda. Outro é que...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. WALTER ALUÍSIO – Queria fazer um pequeno registro.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Pois não.

O SR. WALTER ALUÍSIO – O Presidente da SPP é o Secretário Marcos Cintra.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – É ele mesmo, o Marcos Cintra.

Havendo muito a discutir, mas nada mais havendo a tratar, declaro encerrada, agora sim, a audiência pública geral convocada para a data de hoje. A íntegra das notas taquigráficas fará parte, anexadas ao projeto.

Está encerrada a audiência pública convocada para a data de hoje, cumpridas as três parcelas.